

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1522257 - SP (2015/0073859-6)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : SANDRA REGINA DE SOUZA ARTIOLI E OUTRO(S) -**  
SP105450  
**AGRAVADO : ANTONIO NUNES DE MATTOS**  
**AGRAVADO : ANTONIO PICCOLOTTO FILHO**  
**AGRAVADO : MARIA MAGDALENA TREVISAN MARGIOTTE**  
**AGRAVADO : MIRIAM BETTY PICCOLOTTO DOMENICO**  
**AGRAVADO : ELOIZA BRAZILIA CAVALIERE RIBEIRO SODRE**  
**AGRAVADO : ERMELINDA GUERRA ARIOSA**  
**AGRAVADO : GILBERTO MARDEGAN**  
**AGRAVADO : JOAO ARAUJO DO NASCIMENTO**  
**AGRAVADO : RAQUEL SAMPAIO LEITE**  
**AGRAVADO : TERESINHA DE ARAUJO SCANFERLA**  
**AGRAVADO : VOLGA IDE MARQUES DOS SANTOS**  
**AGRAVADO : JOAO XAVIER NETO**  
**AGRAVADO : JOSE CARLOS BOLLIGER NOGUEIRA**  
**AGRAVADO : MARY ESTER SIMOES SILVA**  
**AGRAVADO : MOACIR APARECIDO BARDINI**  
**ADVOGADO : JOAO CARLOS AMARAL DIODATTI E OUTRO(S) -**  
SP099484

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. SÚMULA 7. INAPLICABILIDADE. VANTAGEM DENOMINADA SEXTA PARTE. RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 85 DO STJ. INCIDÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Não se aplica a Súmula 7 do STJ ao recurso especial interposto, porquanto o contexto fático probatório foi satisfatoriamente delineado pelo acórdão prolatado na origem.

3. Consoante o entendimento desta Corte, nas hipóteses em que se busca a concessão da vantagem denominada sexta-parte, não ocorre a prescrição do fundo de direito, mas apenas das parcelas vencidas no quinquênio anterior ao ajuizamento da ação, nos termos da Súmula 85 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 18 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria  
Relator